

CONAM consultoria em administração municipal

Pn. Lei 17/90
18/90

São Paulo, 21 de maio de 1990

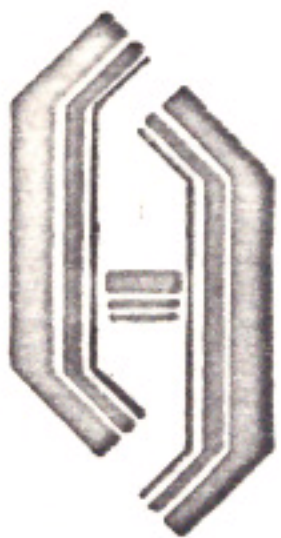
Senhor Presidente

Em atenção à consulta formula da por Vossa Excelência ao Dr. Armando Marcondes Machado Junior, informo que submeti a matéria a apreciação de consultor da CONAM que assim se manifestou a respeito:

"1. A Câmara Municipal de Cordeirópolis envia material relativo à concessão de isenção de I.S.S. (projetos de lei e pareceres), indagando a respeito de sua legalidade em face dos dispositivos da Lei Orgânica recém promulgada naquele Município.

2. A isenção tributária é "a dispensa do pagamento do tributo devido, feita por disposição expressa da lei e por isso mesmo excepcionada de tributação". (Ruy Barbosa Nogueira, in, Curso de Direito Tributário Ed. Saraiva, 9ª Edição, página 171).

A finalidade dessa modalidade de exclusão do crédito tributário (artigo 175 do C.T.N.) é sempre em vista do interesse público. Todas as isenções são concedidas em função do interesse público. Isenções concedidas como mero favor ou privilégio são consideradas nulas.



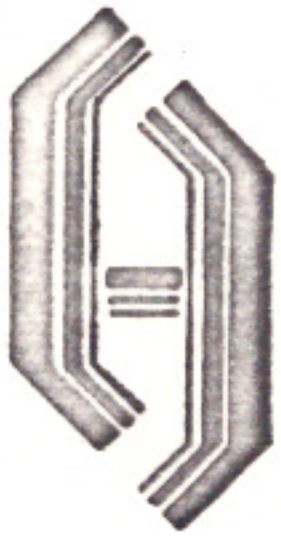
Essas pessoas ou bens, no entendimento do poder público que lhes concede a isenção através da lei, encontram-se em situação diversa das demais, merecendo, assim, também um tratamento diferenciado no tocante à cobrança dos tributos. Busca-se atender, com isso, o princípio da igualdade.

Verificada a existência do interesse público o poder público competente para instituir o tributo poderá conceder a isenção.

Acrescentamos ainda que as isenções, via de regra, não são eternas, podendo ser revogadas pelo poder público que a concedeu, desde que não mais se verifique a existência do interesse público que a gerou, respeitando-se o princípio da anualidade (artigo 178 do C.T.N.).

Ressaltamos, somente, que as isenções concedidas por prazo certo ou em função de determinadas condições são tidas como irrevogáveis se o contribuinte continuar cumprindo as exigências para a sua concessão. Vejamos o que diz Ruy Barbosa Nogueira:

Q.



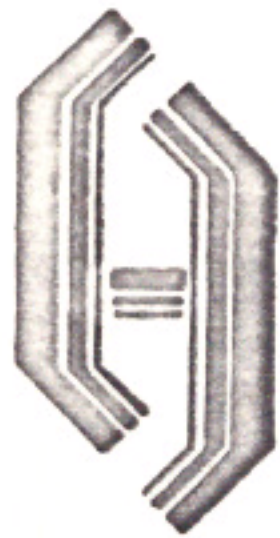
"Quando a lei fixa prazo e condição, o legislador está reconhecendo que enquanto o contribuinte cumpra a condição e o prazo não se esgote, coexistem os fundamentos de interesse público que justificaram a isenção concedida ao titular e portanto integral do como direito subjetivo seu este direito à exclusão do crédito tributário." (ob.cit. página 177).

3. A Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, ao disciplinar a respeito da concessão de isenções tributárias, seguiu a risca a orientação que acabamos de externar a respeito dessa modalidade de exclusão do crédito tributário.

Exigiu que a sua concessão fosse feita somente por Lei, aprovada pelo quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos votos dos vereadores municipais (Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis artigo 144).

E mais, fez constar de seu texto, no nosso entendimento desnecessariamente, que as isenções tributárias serão concedidas se o beneficiário satisfizer as condições para tanto, e somente serão mantidas se essas condições continuarem existindo, caso contrário serão revogadas (artigo 146).

Q.



CONAM

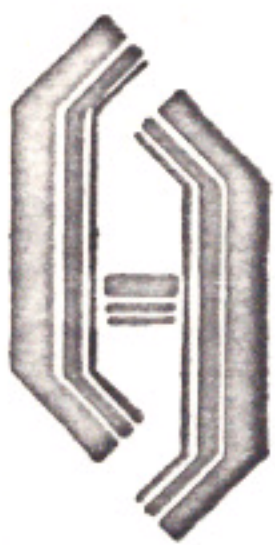
consultoria em administração municipal

04

4. Observando-se os casos objetos da consulta da Câmara Municipal de Cordeirópolis (projetos de Lei nº 017/90 e 018/90), verificamos que, em termos legais, estão perfeitamente de acordo com as normas aplicáveis às isenções tributárias.

A única falha existente, está no projeto de Lei nº 017/90. Por esse projeto se concede isenção de I.S.S. ao grupo Ramenzoni, alcançando empresas que nem mesmo estão situadas no Município de Cordeirópolis, e outras que ainda não estão constituídas. Fere-se o princípio de que só se pode isentar o que a priori está tributado.

Vale alertá-los, ainda, para a observância do princípio central que norteia a concessão de isenções. O interesse público. Este deve estar presente, ficando bem caracterizado e justificado sob pena de nulidade da norma. A existência ou não do interesse público cabe ao legislador (vereadores) verificar, antes de aprovar ou rejeitar os projetos propostos."

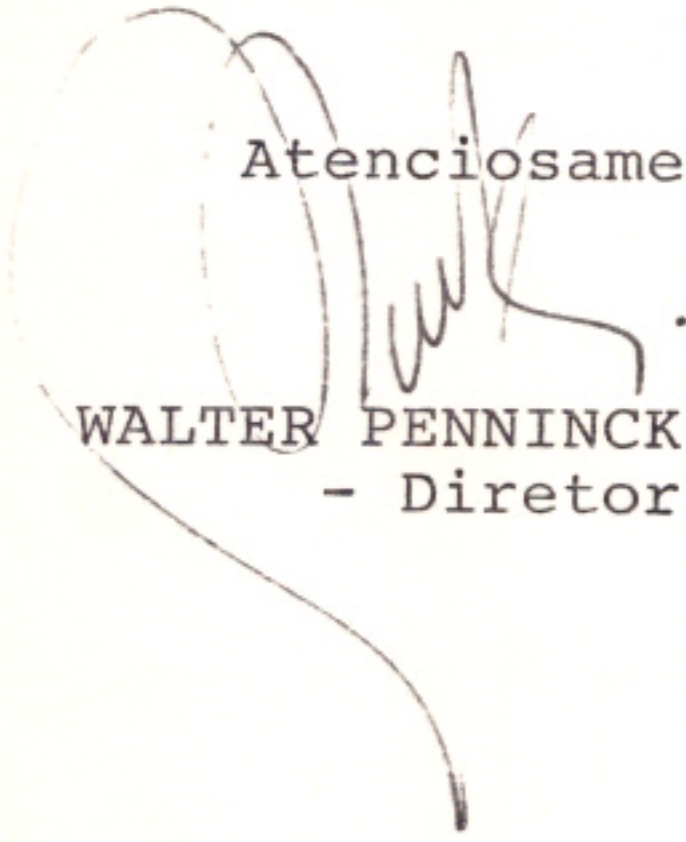


CONAM consultoria em administração municipal

05

Ao ensejo aproveito da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


WALTER PENNINCK CAETANO
- Diretor -

EXMO. SENHOR
JOSÉ WALTER MASCARIN
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE